

# A medicina dos clisteres

JOSEMAR DANTAS

Vai o Brasil aos foros internacionais discutir o problema da dívida externa, como o faz agora na reunião anual do FMI, com uma visão no mínimo abúlica da realidade mundial. As ações desenvolvidas pelo atual governo não vão além de periféricos aspectos patológicos envolvidos na questão, como alguém que pretendesse curar os males da atrofia crônica com a medicina heróica dos clisteres. Pois de atrofia crônica é que se trata. De fato, criado à feição dos interesses das sociedades industrializadas, à força das convenções aprovadas em Bretton Woods, o sistema financeiro internacional é uma espécie de quasímodo, a capengar sua deformidade em desfavor das nações emergentes, com o Brasil, e subdesenvolvidas, de modo geral.

Titulares do controle internacional dos fluxos financeiros, no tocante aos compromissos assumidos pelos Estados nacionais, o FMI e o Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) não podem, e seguramente não desejam, romper o sentido hegemônico das relações internacionais consagrado em Bretton Woods. Explica-se assim porque, mesmo sem autorização de seus estatutos, as duas entidades funcionam como agências auditoras a serviço dos bancos privados internacionais. E, em consequência, prescrevem políticas econômicas recessivas, socialmente catastróficas, às nações endividadadas. O objetivo é transferir aos credores os recursos usualmente destinados aos programas de desenvolvimento, tal como ocorre agora em relação ao Brasil.

No exercício de semelhante política, o FMI e o Bird violam a própria Carta das Nações Unidas, uma vez que os seus estatutos foram aprovados pela Assembléia Geral e não autorizam a realização de auditorias à

ordem das agências privadas de crédito e financiamento. Especificamente em relação ao FMI, o acordo de Bretton Woods criou gênero de controle comparável ao garrote vil. Com efeito, as decisões de maior importância ali não podem ser tomadas sem apoio expresso dos Estados Unidos, que detêm quase 25 por cento do poder votante, eis que tais deliberações exigem o suprimento de 80 por cento dos votos. As decisões de hierarquia imediatamente inferior dependem do apoio dos chamados **sete grandes** — Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, França, Inglaterra e Itália. O FMI é, portanto, um condomínio dos países ricos, fechado aos interesses dos demais parceiros do mundo capitalista, aos quais cabe o papel secundário de coadjuvantes da cena financeira mundial.

Fosse de outra forma, o Fundo já teria movimentado sua colossal máquina de investigação contábil para exigir de todos os países associados o restabelecimento do equilíbrio no trânsito dos recursos internacionais. É inadmissível que a América Latina tenha transferido às nações desenvolvidas 250 bilhões de dólares, desde 1982, enquanto, no mesmo período, recebia investimentos externos de apenas 50 bilhões. Nos últimos dez anos, o Brasil pagou de juros aos seus credores, sobre uma dívida original de 60 bilhões de dólares, nada menos de 87 bilhões e continua a dever algo além dos 130 bilhões.

Conclui-se que, enquanto não houver reforma estrutural do sistema mundial de crédito e financiamento, com a aposentadoria do acordo imoral de Bretton Woods e redefinição do papel do FMI e do Bird, não haverá solução alguma para a dívida externa dos países em desenvolvimento. Cabe ao Brasil forçar as portas da reforma ou permanecer como país periférico.